

REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

SERVIÇO SOCIAL – A HEGEMONIA DO PENSAMENTO CRÍTICO-DIALÉTICO POSTA À PROVA

SOCIAL WORK – THE HEGEMONY OF CRITICAL-DIALECTICAL THINKING PUT TO THE TEST

TRABAJO SOCIAL – LA HEGEMONÍA DEL PENSAMIENTO CRÍTICO-DIALÉCTICO PUESTA A PRUEBA

Thiago Dehon de Souza[1]

e47192
https://doi.org/10.63026/acertte.v4i7.192

PUBLICADO: 09/2024

RESUMO
Este artigo tem como objetivo analisar os desafios para a formação crítico-dialética em Serviço Social nos tempos de crise estrutural do capital e ambiência pós-moderna. A história do Serviço Social passa por correntes conservadoras e modernas até chegar na intenção de ruptura e o diálogo com o marxismo. A pós-modernidade busca resgatar valores conservadores, modernos e anti-modernos, para criar uma formação profissional que atenda aos interesses do capital em crise estrutural. A pós modernidade, ao questionar as metanarrativas busca na verdade questionar o uso do pensamento marxista atualmente. No serviço social busca criar um perfil profissional que se forme sob o signo do pragmatismo, da utilidade e funcionalidade. A metodologia utilizada é a leitura estrutural, tendo também a categoria totalidade como horizonte metodológico.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria social de Marx. Fundamentos do serviço social. Pós modernidade. Neoconservadorismo. Formação em serviço social.

ABSTRACT
This article aims to analyze the challenges for critical-dialectical training in Social Work in times of structural crisis of capital and postmodern environment. The history of Social Service passes through conservative and modern currents until reaching the intention of rupture and dialogue with Marxism. Postmodernity seeks to rescue conservative, modern, and anti-modern values, to create professional training that meets the interests of capital in a structural crisis. By questioning metanarratives, postmodernity seeks to question the use of Marxist thought today. In social services, we seek to create a professional profile that is shaped by pragmatism, utility, and functionality. The methodology used is structural reading, which also has the category of totality as a methodological horizon.

KEYWORDS: *Marx's social theory. Fundamentals of social work. Postmodernity. Neoconservatism. Training in social work.*

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo analizar los desafíos para la formación dialéctica crítica en Trabajo Social en tiempos de crisis estructural del capital y del entorno posmoderno. La historia del Servicio Social pasa por corrientes conservadoras y modernas hasta llegar al intento de ruptura y diálogo con el marxismo. La posmodernidad busca rescatar valores conservadores, modernos y antimodernos, para crear una formación profesional que responda a los intereses del capital en una crisis estructural. La posmodernidad, al cuestionar las metanarrativas, en realidad busca cuestionar el uso del pensamiento marxista hoy. En los servicios sociales buscamos crear un perfil profesional marcado por el pragmatismo, la utilidad y la funcionalidad. La metodología utilizada es la lectura estructural, teniendo además como horizonte metodológico la categoría de totalidad.

PALABRAS-CLAVE*: La teoría social de Marx. Fundamentos del trabajo social. Postmodernidad. Neoconservadurismo. Formación en trabajo social.*

[1] Mestre em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Participou do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC/UFRJ, 2018) e do Grupo de Estudos Teoria Social de Marx e Serviço Social Unesp/Franca (2014).



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

1 INTRODUÇÃO

Os desafios para a formação crítico-dialética em Serviço Social têm se intensificado a medida em que o pensamento pós-moderno ganha espaço na sociedade. A atualização de práticas tradicionais anti-modernas e conservadoras é o caminho encontrado pelo pós-modernismo para questionar o pensamento crítico-dialético hegemônico na profissão. A educação sob a influência da crise estrutural do capital e essa nova ideologia trazida a partir da ambiência pós-moderna tenta deslegitimar a Teoria Social de Marx presente na formação em Serviço Social, com objetivos de resgatar valores (neo)conservadores, de modo com que a formação profissional se adeque às necessidades reprodutivas do sistema do capital em crise.

É importante resgatar a história do Serviço Social brasileiro, desde seu surgimento como necessidade requisitada pelo capital e pelo mundo do trabalho. No decorrer deste surgimento, houve as correntes tradicionais que inspiravam sua ação profissional embrionária, entendendo seus elementos anti-modernos, o processo de renovação teórica do Serviço Social – processo este que se colocou como realidade objetiva pelas necessidades do capitalismo brasileiro sob comando da autocracia burguesa expressa na ditadura militar - e a inserção da profissão no circuito universitário.

A partir da inserção do curso no circuito universitário, o Serviço Social atualiza suas práticas tradicionais com práticas conservadoras, em uma fusão entre o antigo e o moderno, de cunho funcional-estruturalista, se alimentando de teorias das ciências sociais (funcionais e positivistas, e posteriormente, com menor expressão, a fenomenologia). O mesmo ambiente universitário, juntamente com as lutas pela redemocratização do Estado, no qual os assistentes sociais se fazem fortemente presentes, cria a possibilidade do questionamento da prática profissional alinhada aos interesses do capital e surge uma corrente chamada por Netto (2005) de “intenção de ruptura”, onde a profissão começa a estabelecer um diálogo com a Teoria Social de Marx. Este processo leva ao amadurecimento teórico da profissão, expresso pela revisão do código de ética de 1993 e a discussão acerca do Projeto Ético-Político (e as Diretrizes Curriculares), que tem hegemonia na categoria profissional.

O objetivo deste artigo, portanto, é realizar esse resgate histórico da profissão e formação, entender as linhas teóricas que existem e existiram desde o surgimento da profissão até os dias de hoje, passando pelos processos de reconceituação teórica e reafirmar a necessidade de se defender a hegemonia do pensamento crítico-dialético que existe hoje na formação e categoria profissional. Será evidenciado o diálogo e influência da ambiência pós-moderna com as tentativas de reatualização do conservadorismo presentes no Serviço Social. A metodologia escolhida para este estudo foi a leitura estrutural, com seleção de artigos que tratam sobre o tema, trazendo alguns novos elementos de reflexão para o debate, tendo como horizonte a categoria totalidade e o materialismo histórico-dialético como método de análise.

Ainda hoje é importante entender a crise estrutural do capital, a ambiência pós-moderna e seus impactos na educação superior que colocam à prova a hegemonia crítico-dialética da categoria



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

profissional e a formação profissional sob as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A formação em Serviço Social a partir dos impactos da pós-modernidade na educação superior é invadida por uma tentativa de atualizar e resgatar valores tanto anti-modernos tradicionais como modernos conservadores junto aos novos elementos pós-modernos, que reforçam uma prática profissional útil e funcional à reprodução do capital em tempos de crise estrutural. O perfil profissional desejado não é o crítico-dialético, que interpreta a realidade objetiva em nível de aparência a partir de suas mediações com a essência e com o todo, mas sim o que administra políticas sociais de forma acrítica e pragmática.

2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E AMBIÊNCIA PÓS-MODERNA

Pensar na influência da ambiência pós-moderna na formação superior em Serviço Social, a partir da hipótese de que esta relação se dá no sentido de atualizar a prática profissionais de inspiração teórica conservadora e/ou eclética levou o autor quase que, obrigatoriamente, a, primeiramente, situar o debate em torno das condições econômicas do sistema do capital que exigiram modificações no plano de domínio ideológico e de (re)produção social a partir de sua crise estrutural.

Como bem evidenciado a partir de Mészáros (2008; 2015), o sistema do capital é ontologicamente anárquico, guiado por sua necessidade de expansão e norteado pela necessidade do aumento de valor na forma de trabalho acumulado. Suas características ontológicas causam constantes crises, que antes se apresentavam de forma temporal, cíclicas, conforme Marx (2013) e Mandel (1985) bem explicam, e que a partir de certo momento, mais precisamente posteriormente aos anos de 1970, se deparam com certos limites estruturais que colocam todo o sistema diante de uma crise permanente e estrutural. O desemprego em massa, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, a usurpação dos recursos naturais de maneira não renovável e catastrófica, as guerras permanentes e a necessidade cada vez maior de se investir em indústria bélica são alguns fatores que ajudam a compreender esta conceituação realizada por Mészáros (2008; 2015).

Ao se deparar com a crise estrutural, o sistema do capital necessita modificar a estrutura de produção vigente. O fordismo, que ora trouxe novas técnicas de produção e que causou grandes modificações nas relações sociais, que são influenciadas diretamente pela forma-trabalho, juntamente com o Estado de Bem-Estar Social que o acompanhava, não mais respondia às necessidades do capital em crise. A modificação das relações de produção e a reestruturação produtiva, com a inclusão do modelo taylorista, atualizam a produção em nível mundial e modificam, necessariamente, as relações sociais (MÉSZÁROS, 2008; 2015).

O Estado moderno, interpretado a partir de suas ações e o sentido delas, é entendido aqui como personificação política do capital, pois busca , dar coesão à ação dos microcosmos produtivos, que seguem as características anárquicas ontológicas ao sistema (MÉSZÁROS, 2008; 2015). Além disso, tem função de criar as bases necessárias de infraestrutura física e de toda superestrutura



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

jurídico-política que legitime as relações de produção, garanta a liberdade de compra e venda da força de trabalho, assista aos mais "vulneráveis" a partir de políticas sociais de cunho ultrafocalizado e compensatório, com vistas a criar possibilidade de compra aos que não tem espaço para vender sua mercadoria força de trabalho, pois o sistema não tem espaço para todos.

As teorias que colocam o Estado como a instância capaz de resolver os conflitos e a luta de classes, querem, na verdade, legitimar a ação do Estado frente os trabalhadores, buscando assim criar um ambiente de consenso em torno de sua ação. A utilização das mídias para propagar essas ideias é imensurável, sejam elas digitais, radiofônicas ou televisivas, sendo uma das influências da ambiência pós-moderna (JAMESON, 1991). A conciliação de classes a partir do Estado é utópica, pois o problema da desigualdade social não é político, é econômico. O Estado não tem capacidade de alterar as relações de produção que seguem no sistema do capital seu curso linear de necessidade de expansão.

O fim do Estado de Bem-estar Social e a introdução da cartilha neoliberal reconfiguram as ações do Estado aos moldes necessários do sistema do capital em crise estrutural. O investimento nas áreas sociais, as políticas de pleno emprego, a garantia de uma reprodução mais qualitativa da vida material aos trabalhadores, que outrora trazia respostas significativas ao capital em forma de maior produtividade e desempenho no trabalho, começam a ter um peso orçamentário frente a crise que se estabeleceu, onde tais políticas foram cortadas. A introdução da cartilha neoliberal coloca o Estado sob uma nova perspectiva de ação, onde sua função passa a ser mínima para os trabalhadores e máxima para as empresas, no sentido de "salvar a economia" com investimentos em áreas privadas, privatizando empresas públicas passíveis de gerar lucro e estatizando áreas onde a taxa de lucro teve quedas brutais (MÉSZÁROS, 2008; 2015).

Conforme argumenta Lyotard (2009), a queda da União Soviética, a luta de microgrupos por liberdades individuais fora da luta de classes, a descolonização da África acompanhada pelo processo de neocolonização através das relações econômicas, a reificação da cultura e o surgimento da cultura de massas como mercadoria, além da ascensão da propaganda e da TV a cores, que intensifica o domínio ideológico sobre os trabalhadores através do monopólio da comunicação, a invasão tecnológica no campo e o êxodo rural, configuram o cenário necessário para a tentativa de deslegitimação das metanarrativas. Por outro lado, Jameson (1991) relaciona essas transformações socioculturais, que criam o ambiente para o discurso pós-moderno, às necessidades reprodutivas do sistema capitalista em crise.

A sugestão de desuso das metanarrativas como interpretações do todo da vida social, juntamente com a interpretação do ser a partir de sua ontologia, serve nada mais nada menos do que como atualização no plano de domínio ideológico do capital em crise. Se o sistema do capital, junto com suas teorias, não foi suficiente para resolver a questão social e os problemas dos trabalhadores, vem, então, a crítica à razão moderna com o argumento de que o paradigma da modernidade não tinha sido solucionado com o uso do conhecimento produzido a partir da razão sendo que não há



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

qualquer aprofundamento entre as drásticas diferenças entre a razão formal-abstrata e a razão crítico-dialética.

Junta-se isto ao contexto e ao sentimento pessimista dos trabalhadores decorrente do declínio da possibilidade de superação à esquerda dos problemas do sistema do capital - como o já dito Estado de Bem-Estar Social e a União Soviética – e, assim, tem-se as bases para que as teorias pós-modernas que tentam deslegitimar a teoria marxiana e marxista ganhem lastro e público. Isto se deve em muito pelos impactos da crise estrutural na vida cotidiana, resultando no recuo da classe operária frente à luta de classes. É na reprodução da vida material objetiva que estão as bases desta nova ideologia do capital, na tentativa de legitimar o sistema do capital frente aos trabalhadores, aproveitando-se dos fracassos da esquerda reformista. É por isto que Mészáros (2008; 2015) é tão enfático ao evidenciar os limites da luta reformista.

Sendo assim, o papel da educação e da formação superior acaba tornando-se distorcido, não mais voltado para entender a realidade, analisar e propor mudanças, mas sim para criar possibilidades de melhoria do que se tem, em forma de avanços tecnológicos, a partir do pensamento pragmático, descontextualizando os acontecimentos mundiais com suas relações intrínsecas com a forma-trabalho, que se apresenta como trabalho alienado na sociedade capitalista. Os impactos deste pensamento na formação em Serviço Social buscam resgatar valores conservadores, agora revestidos de uma nova roupagem, juntando o antigo e o (pós) moderno.

Reatualizar práticas antigas é o caminho encontrado para recolocar o Serviço Social nos trilhos exigidos pelo sistema do capital, agindo a partir do pensamento pragmático, tecnicista, onde seu papel é de administração de políticas sociais ultrafocalizadas, culpabilização dos indivíduos e apaziguamento da luta de classes. O que antes dialogava com o estrutural-funcionalismo agora é atualizado às necessidades de uma agenda neoliberal e neopositivista, funcional ao sistema do capital em crise. Neste cenário, a ambiência pós-moderna e suas modificações sugeridas enquanto ideologia dominante do capital em tempos de crise estrutural, buscam desestabilizar a hegemonia e formação crítica.

3 DO “MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO” DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO À PÓS MODERNIDADE

O surgimento do Serviço Social enquanto profissão responde a uma necessidade histórica do sistema do capital, que ontologicamente produz suas contradições que em muito são perceptíveis através das múltiplas expressões da questão social. A inserção profissional na divisão sociotécnica do trabalho, é um produto histórico e se relaciona diretamente com a etapa produtiva em que o capitalismo se encontra, além de responder a certas exigências decorrentes da luta de classes próprias da era dos monopólios (IAMAMOTO, 1994). O caráter e perfil do exercício profissional só podem ser desvendados a partir de sua inserção social, pois são as relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

A partir da (re)produção do sistema do capital e dos meios de vida da classe trabalhadora – considerando aqui, intrinsecamente, a luta de classes – é que surge o solo onde atuam os assistentes sociais, em sua grande maioria empregados pelo Estado. O movimento do real exige atualizações teórico-práticas dos agentes profissionais para lidar com as novas formas de expressão da questão social. As respostas da categoria a tais exigências são heterogêneas (embora haja, sem dúvidas, hegemonia) e refletem as contradições presentes na própria profissão.

Sobre a necessidade de se redefinir certos rumos e ações práticas, alguns grupos historicamente colocam como opção modernizar as práticas profissionais a partir dos signos de racionalidade e funcionalidade. Tais medidas acompanham as exigências reprodutivas do sistema do capital e da modernização do Estado, "renovando os laços de aliança entre os agentes profissionais e os propósitos de classe corporificados nas organizações institucionais a que os assistentes sociais se encontram vinculados" (IAMAMOTO, 1994, p. 90).

Já outra parcela de assistentes sociais busca historicamente reorientar a prática profissional a partir da perspectiva de necessidade da classe trabalhadora e seus interesses, indo na contramão da definição anterior de funcionalidade (e que historicamente, era a visão e atuação hegemônicas). Mas como se colocar contra os signos de utilidade e funcionalidade em uma profissão que surge como agente mediador do capital frente à classe trabalhadora, e que, em última instância, é esse mesmo sistema do capital o contratante da força de trabalho dos assistentes sociais?

> O desafio que se apresenta é o seguinte: como é possível, a partir do mercado de trabalho, construir um novo projeto profissional, voltado para a ruptura teórico-prática com a tradição tutelar e manipuladora das classes subalternas segundo interesses que lhe são estranhos; um projeto que supere a mera demanda institucional patronal e busque construir outras bases de legitimidade do Serviço Social entre as classes trabalhadoras, ampliando, inclusive, sua demanda para organizações de outro caráter de classe: sindicatos, organismos de classe, etc. (IAMAMOTO, 1994, p.91)

Para entender as práticas que buscam resgatar e reatualizar o conservadorismo historicamente presente na profissão, é necessário compreender como o Serviço Social se relacionava historicamente com as matrizes conservadoras. Essa relação está diretamente ligada às necessidades do sistema capitalista de contar com um conjunto de profissionais que atuassem, a partir do Estado, com um viés corretivo às expressões da questão social, visando facilitar a ordem e a manutenção.

Intimamente ligado aos interesses políticos da Igreja, que, buscava ter uma presença mais ativa no mundo temporal, o Serviço Social brasileiro surge em meados dos anos de 1940, junto a uma série de empreendimentos do Estado brasileiro nas áreas de assistência e criação de empresas estatais e paraestatais (IAMAMOTO, 1994). A burguesia industrial consegue hegemonia no Estado brasileiro, se alia aos grandes proprietários rurais e se vê obrigada a lidar com o êxodo rural, devido a fluxos populacionais liberados pela capitalização da agricultura. Em uma ação que ao mesmo tempo englobava rearticular o poder e legitimação do Estado frente aos trabalhadores e reprimir os



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

movimentos mais radicais, o Estado Novo é obrigado a incorporar em suas políticas ações que de algum modo também favorecessem os trabalhadores.

Busca-se, nesse período, impedir a auto-organização dos trabalhadores como consequentemente fortalecer as vias institucionais, nos moldes de revolta aceitos e controlados pelo Estado. A burguesia industrial percebe que não poderia frear a revolta dos trabalhadores frente às péssimas condições de reprodução da vida material, então vê na criação de algumas legislações sociais um meio de controle útil e eficaz (IAMAMOTO, 1994). Junta-se isso à característica de ação moral da Igreja e temos as bases para o surgimento do Serviço Social brasileiro.

O Estado passa, então, a oferecer capacitação técnica para que os assistentes sociais possam atuar na realidade de acordo com os pressupostos do capital. É a partir daí que o Serviço Social passa a atuar junto à classe trabalhadora sob comando da burguesia industrial e do Estado, direcionando-se ao atendimento dos interesses das classes dominantes. A necessidade de ação, não parte dos trabalhadores, mas sim das classes dominantes, que tem como intenção controlá-los (IAMAMOTO, 1994). A mediação do Serviço Social para que os trabalhadores consigam acessar as políticas sociais tem como intenção o fortalecimento da ideologia do capital nos usuários e de culpabilização e moralização de suas necessidades, desconsiderando o contexto de reprodução do capital que ontologicamente cria desigualdade e pobreza.

Neste contexto, Netto (2005, p. 124) é enfático ao estabelecer as relações deste novo perfil de atuação das/os assistentes sociais com as necessidades reais-materiais-objetivas do sistema do capital sob o comando da autocracia burguesia. O autor ainda destaca que para formar um profissional nesse perfil exigido, foi necessário um conjunto de transformações nos modelos de educação, atendendo à lógica reprodutiva do capital a partir do governo militar, onde a inserção de uma nova lógica educacional causou “uma inteira refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, aptos a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincialismo”, características herdadas a partir do surgimento da profissão com forte vínculo com a Igreja.

Ainda, a inserção do Serviço Social nas universidades proporciona a interação das práticas técnico-profissionais com disciplinas das ciências sociais, como a sociologia, psicologia e antropologia, o que adiciona e contribui para uma ação prática referenciada em alguma teoria – mesmo que por hora em teorias positivistas e funcionalistas. O influxo deste movimento é exatamente a fonte em que o Serviço Social se alimenta no período, por teorias que reforçam o ideal burguês e inspiram uma prática profissional nitidamente conservadora, mas agora com algum respaldo teórico. Embora este processo tenha, por ora, um caráter conservador, ele também abre possibilidades de ruptura ao incorporar uma nova matriz teórica, especificamente a Teoria Social de Marx. Isso insere o Serviço Social brasileiro no contexto universitário e transforma sua atuação, resposta às exigências da realidade objetiva, com base nos pressupostos teóricos das ciências sociais (NETTO, 2005).

Importante ainda observar o processo de laicização do Serviço Social brasileiro a partir das necessidades e transformações realizadas pela autocracia burguesa no que diz respeito à formação



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

profissional. O ajuste na formação responde às necessidades do mercado de trabalho em relação ao perfil profissional, que neste período, tinha como necessidade um profissional técnico, funcional, pragmático e que administrasse as expressões da questão social a partir das políticas sociais. Mas, ao realizar as transformações necessárias para se obter o perfil profissional desejado, a autocracia burguesa criou também, mesmo sem ter ciência, as condições para questionar o modelo funcional de formação, bem como possibilitou formular alternativas para além das requisitadas pelo sistema do capital. Esse processo ficou conhecido pelo nome de renovação do Serviço Social. (NETTO, 2005)

Dado esses fatos, fica mais que evidenciado o avanço proporcionado pelo processo de renovação do Serviço Social, pois cria as bases necessárias para o que vem a ser chamado anos depois de “intenção de ruptura”, onde a hegemonia conservadora é questionada e o pensamento crítico ganha corpo e forma no conjunto da profissão. Netto (2005) ainda destaca a constituição de uma vanguarda profissional (hegemonicamente inserida na academia, mas não somente), apenas possível após o processo de renovação e diretamente vinculada com a investigação e a pesquisa. Claro que o Serviço Social não se renova por completo nem rompe ao todo com as características do passado. Como todo movimento dialético, incorporou características e traços da renovação ao mesmo tempo em que carregou e ainda carrega consigo traços embrionários da profissão. Trata-se apenas de interpretar e tensionar os problemas e avanços causados por um movimento real que influenciou diretamente os rumos da profissão no Brasil.

A prática profissional, cristalizada em ações cujo foco eram as abordagens individuais e grupais se colocava como útil e necessária frente aos requisitos da sociedade brasileira que se encontrava em processo de industrialização, mas no corpo profissional já se enxergava uma necessidade de se desenvolver novas práticas profissionais, de atuação comunitária. Aqui, a interlocução com as ciências sociais gera um novo tipo de questionamento que antes não era encontrado nos profissionais, que é a preocupação com problemas macrossociais o que “abria uma fenda no horizonte de preocupações basicamente microssociais” (NETTO, 2005, p. 137).

No contexto das críticas ao Serviço Social tradicional, havia, na época, uma diversidade de posições que iam desde a luta pela redemocratização até a busca pela atualização e modernização de práticas iniciais, agora influenciadas pelas teorias funcionalistas e positivistas, ou seja, o antigo misturado ao moderno (NETTO, 2005). Com o aprofundamento da ditadura nos anos 1970, as correntes que se colocavam em posições mais democráticas perdem força para o processo de modernização que é implementado pela autocracia burguesa. Netto (2005) ainda ressalta que o questionamento de práticas conservadoras presentes no Serviço Social acontece nesse mesmo período em toda a américa latina, não sendo um processo restrito ao território brasileiro.

Na perspectiva modernizadora, tem-se o objetivo de modernizar as ações práticas do Serviço Social enquanto instrumento de intervenção adequado às necessidades da realidade brasileira, “no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64” (NETTO, 2005, p. 154). É um movimento que teve seu auge na



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

segunda metade dos anos 1960 do século XX e seus marcos teóricos são os documentos de Araxá e Teresópolis.

Cabe, ainda, destacar o perfil da corrente modernizadora como diretamente vinculado às intenções do golpe de 1964, à racionalidade burocrática e seu alinhamento com as modificações necessárias para adequar o conjunto da sociedade às intenções e posições políticas promovidas pelos militares. Segundo Netto (2005, p. 156), a perspectiva modernizadora "foi a expressão da renovação profissional adequada à autocracia burguesa". E é na própria crise da autocracia burguesa, localizada na segunda metade dos anos 1970, que se encontram as condições necessárias para o declínio desta perspectiva enquanto hegemônica. O perfil de profissão vinculado à igreja entra em choque com as preposições modernizadoras que tentam dialogar com os parâmetros teórico-ideológicos do estrutural-funcionalismo.

Os documentos de Araxá e Teresópolis foram elaborados em encontros promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social (CBCISS), entre 19 e 26 de março de 1967 e 10 e 17 de janeiro de 1970, respectivamente. Fica nítida a tentativa de se ajustar a prática profissional às necessidades do regime militar, que tinha como pauta principal o desenvolvimento a partir de mudanças graduais e aumento dos níveis de bem-estar social. Tinha-se a crença de que o desenvolvimento viria como consequência de um processo gradual para os países subdesenvolvidos e que o Serviço Social tinha algo a contribuir com este processo a partir de intervenções racionais e planejadas.

O documento de Araxá gira em torno de um consenso de que o Serviço Social é uma prática institucionalizada com foco nos indivíduos que apresentam características de "desajustamento familiar e social" (CBCISS, 1986 *apud* NETTO, 2005, pg. 167). Caberia, então, a prática profissional potencializar o uso dos recursos naturais e humanos, no sentido de que "promover é capacitar". O documento percorre um caminho onde todo conflito é resolvido pela dissolução e/ou incorporação do tradicional frente ao moderno, mas que na realidade, não há nenhuma ruptura. As práticas profissionais tradicionais que visavam corrigir ações dos usuários continuam a aparecer no decorrer do documento, mas agora com certa submissão às práticas consideradas "modernas", de cunho racional e funcional.

Em Teresópolis, observou-se o que Netto (2005) descreve como a instrumentação da programática desenvolvimentista. Ao contrário do encontro anterior em Araxá, o encontro de Teresópolis foi marcado por uma diversidade de posições sobre os rumos e metodologias que o Serviço Social brasileiro deveria adotar em seu processo de modernização. O trabalho de Netto e Dantas (1978, *apud* NETTO, 2005) é particularmente relevante, alinhando-se com as tendências modernizadoras que vinham se consolidando desde o encontro de Araxá. Eles buscam desenvolver uma tese que confere cientificidade à prática do Serviço Social, concebendo a profissão como uma ciência social aplicada. Para isso, é necessário recorrer às fontes teóricas das ciências sociais tradicionais, a fim de melhor "diagnosticar" a realidade social e realizar "intervenções planejadas", estabelecendo um diálogo claro com as tradições neopositivistas.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

Os estudos de Netto e Dantas (1978, *apud* NETTO, 2005, p. 185) preenchem a lacuna teórica ausente no documento de Araxá, mesmo com todos os seus problemas. Ele traz consigo a desejada credibilidade científica, requerida e exigida pela realidade objetiva brasileira à profissão. Sobre a ação profissional, Dantas consegue fazer a ação tradicional ganhar uma nova roupagem a partir dos pressupostos da teoria estrutural-funcionalista. A relação com o usuário é tratada como uma relação sistema-cliente, e a ação em Casos, Grupos e Comunidades deve se dar a partir de "práticas suscetíveis de serem comandadas pelas exigências do processo da modernização conservadora".

Seguindo o curso da história, temos como conseguinte as elaborações dos documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista. Neste ponto, a tendência de modernização conservadora já não tinha mais o mesmo fôlego devido à luta contra a ditadura e ao inicial declínio do governo militar. Dado este fato, outras correntes de reconceituação teórica passam a disputar espaço com as tendências modernizadoras. A consequência disto é que os documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista (1978 e 1984) expressam certa abertura a outras elaborações teóricas conservadoras que não diretamente vinculadas pelos documentos antecessores.

Um outro fator elementar trazido por Netto (2005) foi a posição e diversidade teórica dos participantes dos encontros (mesmo que por dentro das correntes tradicionais e/ou conservadoras), abastecidos pelas discussões no interior das universidades, questionando o tradicionalismo presente na profissão, além das assimilações de certas teorias das ciências sociais. Fica evidenciado o anacronismo teórico e a perda de certa qualidade nas elaborações se comparadas às do último encontro, em Araxá e Teresópolis. Vale aqui destacar que nas formulações do documento elaborado no centro de estudos Sumaré (no Rio de Janeiro), os autores salientam a necessidade de se criar um consenso entre as teorias adotadas pelo Serviço Social e sua ação prática, que mesclava ação técnico/pragmática e terapêutica. A sugestão é a de um "consenso intersubjetivo" (CBCISS, 1986 *apud* NETTO, 2005, p. 198). Ainda de acordo com Netto (2005, p. 198), tem-se nessa proposta uma visão de sociedade que "escamoteia da investigação toda e qualquer impostação ontológica".

Já, no documento elaborado pelo grupo paulista, no Alto da Boa Vista, tem-se presentes a incorporação da dialética – mesmo que de forma anacrônica e vulgar – como necessidade teórico-metodológica. O simplismo foi um dos fatos centrais do encontro, que não contava com muito acúmulo teórico de qualidade a partir da intervenção dos conferencistas. O encontro de Sumaré e Alto da Boa Vista serviu para a percepção de que a discussão acerca do Serviço Social e seu processo de reconceituação estava mais avançado e partia para outros rumos dentro das universidades e programas de pós-graduação, juntamente com a discussão e estudo realizados pelas vanguardas profissionais (NETTO, 2005).

A reatualização do conservadorismo não alcança o mesmo destaque que sua elaboração antecessora. Essa corrente se aproveita do distanciamento desejado por muitos profissionais perante a ditadura (e seu desenvolvimentismo) e faz uso de teorias psicologizantes - com certo diálogo com correntes irracionalistas, com destaque para o uso de Heidegger - moda daquele momento nas



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

universidades brasileiras (NETTO, 2005). A reatualização do conservadorismo tenta de alguma maneira inserir as dimensões teórico-práticas do Serviço Social no circuito da ajuda psicossocial. Como essas teorias ainda estavam chegando ao Brasil, o Serviço Social tenta um diálogo às avessas e faz uma interpretação da fenomenologia a partir de materiais e adaptações de baixa qualidade e rigor teórico, empobrecendo a compreensão e apreensão dessas teorias pela categoria.

A reatualização do conservadorismo consegue ao mesmo tempo recuperar elementos conservadores do início da profissão, ainda ligados a valores da Igreja (fortes traços anti-modernos) com os elementos teóricos da modernidade, e a alta valoração a respeito da necessidade da elaboração teórica. Essa nova perspectiva tenta diminuir o espaço para ações a partir do pragmatismo e do empirismo e valoriza o investimento na cognição. Os principais pensadores desta corrente faziam duras críticas à tradição profissional ligada às teorias positivistas e propunham que o Serviço Social se alimentasse então da matriz fenomenológica como metodologia.

O Serviço Social para os pensadores da reatualização do conservadorismo é uma prática de ajuda psicossocial. Se a perspectiva modernizadora conseguiu em certa medida superar alguns traços anti-modernos no sentido da ação profissional se pautar a partir não da ajuda, mas sim de teorias que de algum modo incidem na ação prática e compreende o indivíduo em suas relações sociais (mesmo que positivamente), os valores e ações propostos pela reatualização do conservadorismo buscam anular esses pressupostos.

A reatualização do conservadorismo não ganha tanto destaque no corpo social da profissão, que ainda estava à procura de outra direção social que não as apresentadas pelas perspectivas anteriores. É onde começa a ganhar corpo a corrente que Netto (2009) chama de intenção de ruptura. O autor ainda sublinha a importante influência do Serviço Social latino-americano, que também passava por processos de renovação, nesta nova perspectiva brasileira. Perspectiva que se alimentava tanto das críticas do conjunto profissional às vertentes anteriores (tradicionais e modernas) quanto da inserção profissional precária dos/as assistentes sociais no mercado de trabalho. Somando isso à efervescência dos universitários na luta contra a ditadura e à participação civil organizada no conjunto das lutas políticas, temos o cenário em que o movimento de ruptura é embrionado.

No início, o movimento de intenção ruptura se apresentou com alguma dificuldade, com destaque às oriundas de uma aproximação ao marxismo através de manuais e cartilhas, devido à dificuldade de contato com obras originais em razão da censura e também por se tratar de uma aproximação de nível inicial, imatura. Ainda que com estas condições, a perspectiva de intenção de ruptura é um marco para o Serviço Social brasileiro (NETTO, 2005). A formação profissional universitária, mesmo que sempre colada a outros processos para além das universidades, foi peça chave para que o movimento conseguisse alcançar a profissão. Apesar das críticas que podem ser feitas ao processo histórico, como a utilização de materiais anacrônicos, dificuldades no acesso a obras, falta de rigor teórico, e insuficiência de produção e pesquisa, foi esse processo que



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

estabeleceu as bases necessárias para que o Serviço Social brasileiro alcançasse o atual nível de diálogo qualitativo com o marxismo.

A discussão acerca da necessidade de se romper diretamente com o tradicionalismo e o conservadorismo presentes na profissão é datada antes do golpe de abril de 1964. O período autocrático burguês não só prejudica como inviabiliza a discussão e a necessária aproximação das obras marxistas e marxiana, o que só é retomado quando o governo militar entra em crise. A reforma do Estado e o desenvolvimentismo não colaboram em nada para o aprofundamento de uma corrente crítica naquela época. A inserção do Serviço Social nas universidades contribui para o aprofundamento em torno da perspectiva de intenção de ruptura, pois, mesmo que sob moldes não democráticos, as universidades apresentam uma área de menor resistência quanto aos estudos da Teoria Social de Marx, mesmo que ainda o regime militar estivesse vigente (NETTO, 2005).

Ainda de acordo com Netto (2005), as bases que alimentaram a intenção de ruptura durante o regime militar foram exatamente a luta pela redemocratização e a inserção de alguns profissionais de vanguarda em movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos, com destaque para a partidarização. A luta pelo fim do regime militar alimenta no plano teórico e de ação prática um conjunto de profissionais que ao fim do golpe tem um acúmulo teórico e inserção social que dão possibilidade para retomar o diálogo sobre a necessidade de se romper com o conservadorismo.

Diferentemente dos movimentos conservadores, a intenção de ruptura tem como necessidade a expressão de seu caráter político, o que a faz alvo de ataques por essas mesmas camadas conservadoras, acusando o movimento pelo seu caráter político e ideológico. Netto (2005) realça a elaboração feita pelo grupo de estudantes e professores na PUC-MG, conhecido como “Método Belo Horizonte”. A produção intelectual da pós-graduação foi uma das chaves essenciais ao percurso da ruptura. Um dos problemas da aproximação do Serviço Social ao marxismo foi, como já dito, que esta aproximação se deu de maneira enviesada, a partir de manuais partidários sobre Marx e o marxismo. Netto (2005, p. 269) diz:

> Neste primeiro momento, pois, não é de se estranhar que a perspectiva da intenção de ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em extratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano no **epistemologismo de raiz estruturalista –** onde a reiteração de discussões sobre “idealismo” e “materialismo”, “ciência” e “ideologia”, “teoria” e “pratica”, etc. No momento seguinte, a dominância clara pertence ao “marxismo acadêmico”: insulada e neutralizada a universidade, a referência à tradição marxista, ainda com fortes traços de redução epistemologista, funda um padrão de analise textual da documentação profissional com as dimensões próprias da política e da história refratadas por uma lente paradigmática – no entanto, obedecendo a exigências intelectuais rigorosas. No segundo patamar deste momento prolongam-se as incidências do “marxismo acadêmico”, mas o quadro de transição democrática repõe política e história como objetos práticos ineliminávels e possíveis da reflexão – e a elaboração passa a socorrer-se da análise das fontes originais, com recurso a “clássicos”, que, **à diferença do marxismo estruturalizado, comtemplam a historicidade.** O terceiro momento (...) direciona a recuperação de diferenciados substratos da tradição marxista (ou próximos a ela) para atualizar a problemática profissional – da problemática



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

> da formação a campos de intervenção e espaços e políticas de prática. (grifos nossos).

Com todas as dificuldades apresentadas, o resultado expresso através do documento de Belo Horizonte merece seu destaque ímpar na crítica ao tradicionalismo presente historicamente na profissão. Em uma súmula elaborada pelo grupo de estudantes e professores, tem-se uma das melhores críticas ao conjunto profissional tradicional. No campo ideopolítico, o grupo critica a aparente neutralidade, que na prática se expressa em ações voltadas para a defesa de determinados interesses (o desenvolvimentismo, no caso). No plano teórico-metodológico critica-se a concepção de realidade que se dá de modo abstrato, a fragmentação dos fenômenos sociais (descolados da totalidade) e a dicotomia de visão entre homem e sociedade. Já no que diz respeito ao campo operativo-funcional, o grupo salienta que na perspectiva tradicional há uma definição unilateral dos objetos, que ora se refere à realidade objetiva ora à realidade subjetiva, não há recorte de áreas prioritárias de atuação, sendo escolhidas somente por critérios de localização geográfica dos indivíduos, grupos e comunidades. A prática profissional tradicional se limita a atuar nos problemas de desadaptação e condutas desviadas. (NETTO, 2005)

Mesmo após o percurso de amadurecimento intelectual, a crítica ao tradicionalismo pouco se distanciou dessas elaborações dada a qualidade que ela detém. As atualizações do conservadorismo (o neoconservadorismo, que dialoga com matrizes pós-modernas) são passíveis, em linhas gerais, da mesma crítica ideopolítica, teórico-metodológica e operativo-funcional. Os elementos pós-modernos presentes na profissão se fundem tanto aos tradicionais anti-modernos quanto aos conservadores da modernidade, em uma espécie de nova coloração daquela mesma velha roupa.

O amadurecimento teórico/político/metodológico que passou o Serviço Social brasileiro desde a perspectiva de intenção de ruptura até a revisão do código de ética em 1993 e a discussão sobre o Projeto Ético-Político, onde se insere também as diretrizes curriculares aprovadas em 1995, buscam trazer elementos para o enfrentamento das expressões neoconservadoras presentes hoje no corpo profissional. Conforme já discutido por Netto (2005), todo projeto profissional expressa, em última instância, consonância com projetos societários, e, no caso do Serviço Social brasileiro, o projeto societário que dialoga com o projeto profissional é o de superação da ordem burguesa como horizonte. A maturidade teórica que o conjunto profissional alcança no fim dos anos 1990 e que se consolida nos anos 2000 traz um aporte teórico com qualidade indiscutível para enfrentar o irracionalismo que se aprofundou na profissão nos últimos 20 anos.

A distância entre as discussões acerca do Projeto Ético-Político profissional e a base da categoria se dá não pelo anacronismo do marxismo e do pensamento crítico em oferecer respostas às necessidades práticas profissionais que são apresentadas diariamente aos assistentes sociais. Se dá, na verdade, por conta da precarização na formação profissional, que é e foi alvo de inúmeras reformas para se alinhar às necessidades reprodutivas de um capitalismo tardio em crise estrutural. Assim, o profissional crítico perde espaço e é indesejado, pois compreende as expressões da



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

questão social como imediaticidades que se relacionam por meio de mediações a forma de produção e reprodução social do sistema do capital.

A formação profissional a partir das diretrizes curriculares da ABEPSS, que visam formar um profissional que tenha capacidade de compreender as demandas reais-materiais que lhe são imediatamente apresentadas e articulá-las com as questões e problemas de todo o conjunto da sociedade burguesa, é alvo de inúmeros ataques, pois, em última instância, o pensamento crítico desarticula e escancara as reais intenções objetivas do sistema do capital. Formar profissionais com essas competências teórico-práticas é formar profissionais que em seu Projeto Ético-Político aspiram uma nova sociabilidade, não a partir ou como resultado de sua prática profissional, mas que tem interiorizados valores coletivos que se chocam diretamente com os valores necessários à reprodução do capital.

É nesse campo de luta que as pautas neoconservadoras (com diálogo com o discurso pós-moderno) ganha força a partir de práticas de reatualização do conservadorismo, que sempre estiveram presentes no conjunto da profissão, ora com mais força ora com menos força, de acordo com as articulações e lutas políticas. Reatualizar o Serviço Social, colocando-o de volta aos trilhos (neo)conservadores é exigência reprodutiva do sistema do capital.

Em efeito cascata, essas ações interiorizam tanto nos assistentes sociais quanto nos trabalhadores usuários, a ideologia necessária à manutenção do status quo, retiram o substrato ontológico de interpretação da realidade a partir do trabalho - e no sistema do capital, sob o signo do trabalho alienado - e mais uma vez dialogam direta e indiretamente com as sugestões de interpretação da realidade a partir das curtas narrativas e das propostas presentes no discurso pós-moderno, que se alinha e dialoga diretamente com o neoliberalismo.

A formação em Serviço Social está inserida no contexto da educação como um todo, que tem sido alvo de inúmeros ataques, conforme apresentado no decorrer deste trabalho, no sentido de alinhar as universidades às necessidades reprodutivas do capital, principalmente através das indicações de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Destacamos aqui o Pacto de Bolonha, como um marco da reforma universitária, de antemão na Europa, mas que após poucos anos começaram a convidar para participar de seus eventos países fora do eixo Europa-América do norte, sendo o Brasil convidado a participar em 2009.

> Se o Protocolo de Bolonha de 1999 objetivava formular um “Projeto de Reorganização do Ensino Superior na Europa” com o objetivo de “transformar a Europa na economia mais competitiva e dinâmica até 2010”, a constituição do Fórum vislumbra nitidamente a expansão mundial de suas diretrizes, com vista a criar um sistema de ensino superior mundial estandardizado, de caráter global, para atender aos apelos da internacionalização da educação. (BOSCHETTI, 2015, p. 643-644).

Segundo Blanch (2010, *apud* BOSCHETTI, 2015), as consequências dessas reformas no ensino têm causado certo nivelamento “por baixo”, currículos mais flexíveis e de menor tempo de



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

formação e foco na formação de competências. Além disso, se coloca aos pés das recomendações do FMI, BM, OMC, que, com o pretexto de "modernização", coloca-se as universidades sob a perspectiva do mercado, tendo como consequência a mercantilização do ensino, atendendo aos interesses de pesquisas das empresas. Sem citar a influência pós-moderna frente a esses processos, Boschetti (2015, p. 644-645) chega a conclusões que ficam nítidas tal influência.

> E a face política-cultural cria e consolida a cultura de uma nova concepção de universidade, de um novo "modelo" de organização, de estrutura, de planos de ensino, pesquisa e avaliação: *essa cultura sustenta que uma boa universidade deve ser barata (menos anos, menos custos), rápida (cria uma espécie de fast universidade, e defende que se faz o mesmo em menos anos), padronizada (mesmo formato em diferentes realidades), deve ter financiamento autossustentável (graduação barata, curta e rápida, mestrados curtos* e pagos para uma elite, doutorados curtos para docência e/ou pesquisa acadêmica e para demandas do mercado); mercantilmente adaptada às exigências de expansão e acumulação do capital, sobretudo em contexto de crise do capital.

É mais que nítido que o discurso pós-moderno, teoricamente explicitado por Lyotard (2009) faz as mediações necessárias entre as necessidades do mercado e as ações objetivas, tanto no plano cultural quanto na educação. As universidades na era da pós-modernidade cumprem papel central na recuperação da taxa de lucro. Boschetti (2015, p. 647) destaca que os traços conservadores, sempre presentes no Serviço Social, estão mais evidenciados e se rearticulando. Vê-se que o retorno do pragmatismo no âmbito da formação em Serviço Social tem claro perfil assentado no discurso pós-moderno. A autora frisa alguns traços que fazem diálogo direto ou indireto com o discurso pós-moderno, como o metodologismo, com ênfase no tecnicismo, "como elemento crucial na formação e na pesquisa, em detrimento do questionamento, da crítica, da grande política como elementos fundamentais do pensamento crítico". Assim, tem-se reforçada a ideia de que uma boa técnica substitui diretamente a análise crítica (argumento que reforça nossa crítica à produção apresentada no item anterior, sobre as técnicas cognitivas da neurociência), e o empirismo cotidiano substitui a intervenção a partir do viés crítico.

Boschetti (2015) ainda aponta o aligeiramento da formação e da pesquisa, o pragmatismo, que se baseia no utilitarismo e imediatismo e na negação da necessidade de uma teoria crítica que busque articular o todo da (re)produção social ao que lhe é imediatamente apresentado nos mais diversos campos de trabalho. O voluntarismo, que dialoga com o pragmatismo, reatualiza prática sem aportes teóricos adequados, reforça a responsabilidade do sujeito frente sua inserção social (culpabilização) além de reforçar também a primazia da "competência técnica" para "resolução dos problemas". É importante destacar aqui a obra de Guerra (2012), onde há também uma dura e necessária crítica à invasão pragmática na formação profissional, inclusive no marxismo.

A formação crítica entra em claro conflito com os interesses do capital em crise estrutural. Sendo assim, a ideologia do capital passa a difundir valores úteis à sua reprodução através de alguns programas de pós-graduação (BOSCHETTI, 2015). A partir disso, percebe-se o ressurgimento



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

(mesmo que nunca tenha saído de cena, mas tinha perdido força) de práticas terapêuticas, empoderamento, economia solidária, e outros. O rol de críticas românticas ao capital é um forte viés do pensamento pós-moderno na profissão. É um enorme desafio pensar as diretrizes curriculares frente a esses processos históricos realizados a partir do Estado que buscam desconstruir a produção de conhecimento crítico e com viés humanista. As diretrizes curriculares em seu quadro de Competências e Habilidades tem como exigência geral:

> [...] viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à - compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade. (ABEPSS, 2002, p. 1)

Desvelar as "possibilidades de ação contidas na realidade" requer necessariamente a interpretação do ser social e da realidade a partir de sua ontologia e perspectiva de totalidade. Não coincidentemente, o discurso pós-moderno tenta deslegitima-las enquanto categorias analíticas. Os núcleos formativos presentes nas diretrizes curriculares reforçam a necessidade do uso destas categorias analíticas enquanto requisitos teóricos-metodológicos necessários à ação profissional:

> [...] **núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social**, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social; **núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira**, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais; **núcleo de fundamentos do trabalho profissional**, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. (ABEPSS, 2002, p. 2, grifos nossos)

Como garantir a formação qualificada, que tem como pressuposto compreender "um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social" a partir da invasão pragmática e utilitarista? Reafirmar o Projeto Ético-Político, radicalizá-lo e aprofundar os estudos sobre o perfil neoconservador do Serviço Social durante a formação é essencial na defesa do rumo estratégico da profissão. Negar a existência da influência do discurso pós-moderno na profissão é negar a realidade além de abrir um leque de possibilidades para que ele se alastre no conjunto profissional.

4 CONSIDERAÇÕES

O Serviço Social brasileiro tem, na aproximação com o que se denominou intenção de ruptura, outra expressão da razão moderna que incidiu diretamente nos rumos da profissão. Com o passar dos anos 1980 e início dos anos 1990, essa aproximação ganhou maior relevância e



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

visibilidade, evidenciada pela revisão do código de ética e pela lei de regulamentação da profissão, ambos em 1993, além da discussão sobre o Projeto Ético-Político e as diretrizes curriculares, em 1996. O caminho trilhado pelo Serviço Social brasileiro visa enfrentar tanto os limites da razão formal-abstrata quanto o irracionalismo e a negação da razão como virtude emancipatória presentes no discurso pós-moderno.

A acepção do materialismo histórico-dialético pelo Serviço Social permite não só questionar e fazer a crítica ao conservadorismo presente na categoria profissional como também reinterpretar a prática profissional, redimensionar sua ação técnico-operativa, desenvolver novas metodologias interventivas e buscar afirmar, a partir tanto do campo teórico-metodológico quanto operativo, valores e ações que se distanciam das concepções conservadoras e funcionais ao capitalismo em sua fase madura. O caminho a ser trilhado e enfrentado não é fácil. Reconhece-se que a realidade é dinâmica e que, mesmo em uma fase defensiva, somente a classe trabalhadora possui o protagonismo necessário para transformar a realidade. O Serviço Social deve, portanto, continuar a lutar pela defesa da hegemonia profissional do pensamento crítico e anticapitalista.

A pesquisa sobre instrumentalidade e o desenvolvimento contínuo de metodologias interventivas são essenciais para dar suporte aos assistentes sociais que estão nos campos de trabalho, lidando diariamente com as expressões da questão social na sua forma imediata. A qualidade da formação é primordial para que os assistentes sociais não caiam nas armadilhas do imediato e na reprodução de valores através da prática profissional e vida pessoal que nos são introjetados desde o nosso nascimento. Se a resistência se apresenta como um caminho árduo sejamos rocha firme e brisa leve, na luta coletiva contra as perversidades deste sistema e suas expressões tanto na sociedade quanto na categoria profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social: Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2019.

BANCO MUNDIAL. Prioridades y estrategias para la educación: Examen del Banco Mundial. Washington DC: Banco Mundial, 1996.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade** , n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CANTALICE, L. B. O. Neoconservadorismo na produção de conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis** , ano 16, n. 32, p. 99-114, jul./dez. 2016.

FONSECA, C. C. O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno. **Temporalis** , ano 16, n. 31, p. 55-70, jan./jun. 2016.

GUERRA, Y. A. D. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis** , v. 16, p. 39-49, 2013.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos** . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pós-modernismo e política** . Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 81-126.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna** . 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 2009.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio** . 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, K. **O capital** . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.